

Antônio José de Almeida



100 Anos de Uma Presidência



EDIÇÃO

Museu da Presidência da República / Imprensa Nacional

AUTORES

Ana Paula Pires, Elsa Santos Alípio e Luís Reis Torgal

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Antónia Pinto de Matos / Duarte Azinheira

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Elsa Santos Alípio

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paula Mendes / Rita Costa

NOTAS E PESQUISA DE IMAGENS

Elsa Santos Alípio / Rita Costa

REVISÃO

Diogo Silva

DESIGN GRÁFICO

Luis Chimeno Garrido / José Domingues

TRATAMENTO DE IMAGENS

Luis Chimeno Garrido / José Domingues

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Rui Ochoa (p. 8)

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

1.ª EDIÇÃO

Outubro de 2021

ISBN 978-972-27-2981-9

DEPÓSITO LEGAL N.º 488833/21

EDIÇÃO N.º 1025277

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Avenida de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

<https://www.facebook.com/ImprensaNacional/>

Museu da Presidência da República

Palácio Nacional de Belém, Praça Afonso de Albuquerque

1349-022 Lisboa

www.museu.presidencia.pt

<https://www.facebook.com/museudapresidencia republica/>

Antônio José
de Almeida



100 Anos de Uma Presidência

Antônio José de Almeida



100 Anos de Uma Presidência



Museu da
Presidência
da República

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

ÍNDICE

Mensagem de Sua Excelência
o Presidente da República

9

Nota prévia

11

♦♦♦

Capítulo I

O Presidente

Luís Reis Torgal

14

Discursos:

Ao Congresso e à Nação (1919)

37

A Imprensa como força orgânica do Estado (1919)

43

Na Universidade de Coimbra (1919)

47

Ao abandonar o poder (1923)

53

♦♦♦

◆◆◆

Capítulo II

Entre a instabilidade e a harmonia: António José de Almeida e os desafios do pós-Guerra

Ana Paula Pires

62

Discursos:

Em honra dos Heróis Desconhecidos (1921)

83

Visita a Braga (1921)

95

A revolução e a reação de 19 de outubro (1921)

100

O projeto de renúncia presidencial e a travessia aérea do Atlântico (1922)

109

A imposição do barrete cardinalício ao núncio apostólico (1923)

122

◆◆◆



Capítulo III

A República vai lá fora: relações de política externa durante a presidência de António José de Almeida

Elsa Santos Alípio

128

Discursos:

Saudação ao rei Alberto da Bélgica (1920)

149

Ao Príncipe do Mónaco (1920)

154

A viagem ao Brasil. Saudação ao povo brasileiro (1922)

158

No Congresso Nacional (1922)

162

Na Praça da Independência (1922)

172



Cronologia

177



Bibliografia e Fontes

200

O Presidente

Luís Reis Torgal

Professor Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20)

Para além das divergências...

É costume dizer-se, aquando de um sufrágio presidencial, que o candidato ou o eleito pretende ser, independentemente das tendências ideológicas ou partidárias que tenha assumido, «o Presidente de todos os portugueses».

Se essa ideia está (deve dizer-se) ligada a uma lógica monárquica — pelo que a própria «não eleição» de um rei e a sua sucessão hereditária traziam consigo a imagem de uma carga simbólica de «serviço nacional» (e até de «sacrifício à causa») e de convergência ou consenso que ainda hoje se presente nas monarquias europeias —, ela surgiu com maior significado na conceção republicana. A ideia de «eleição» do Presidente, por sufrágio direto (e que se pretendia «universal») ou por sufrágio colegial e representativo (como sucedeu na nossa Primeira República), aproximá-lo-ia do «Povo». Assim, o Presidente tudo fazia para se identificar com a «coisa pública» (*res publica*), pela sua prática, pelos seus hábitos, pelo seu discurso, pelos seus rituais ou mesmo ainda pela sua personalidade, que, mesmo que distante, seria de um distanciamento que a representava.

As imagens públicas de um presidente da República como foi o primeiro presidente português, ainda que não eleito, Teófilo Braga — que, excecionalmente, foi também um presidente chefe de gabinete ministerial, ou seja, do «Governo Provisório» —, revelam a figura de «um homem como todos nós». As fotos do tempo apresentam-no, apesar da sua figura apagada e discreta de «homem de gabinete», no seu quotidiano, a cumprimentar todos e cada um e a deslocar-se nos meios de transporte como qualquer cidadão. Trata-se apenas do «Cidadão-Presidente». Mas

estas imagens, à medida que a República vai abandonando o seu «estado de graça», são cada vez menos vulgares, a ponto de a representação mais comum de Sidónio Pais ser a sua fotografia a cavalo, com traje militar, à frente das tropas em parada. É afinal a representação da superioridade e da força, que ilustra a ideia de uma autoridade castrense.

A figura de António José de Almeida representa uma imagem diferente. Ele é o Presidente que procura salvar uma República em crise. Pelo seu passado de tribuno republicano, está próximo do «Povo». É o Presidente que consegue, com o seu poder de sedução, ultrapassar as crises da República — que foram as mais sangrentas da sua história — e procurará falar, através de uma retórica atraente, com o Povo português residente em Portugal ou espalhado pelo mundo e, sobretudo, residente no Brasil. A suprema consagração desta «ideia» é afinal a da imagem da sua morte. Não foi uma morte transfigurada pela violência do assassinio, à maneira de Sidónio Pais, mas uma morte vulgar, de sofrimento natural, que exala um sentimento de bondade, de abnegação e de austeridade. Por isso, António José de Almeida, ou «António Zé de Almeida», como lhe chamaram os seus contemporâneos, correspondeu, melhor do que qualquer outro, à figura do «Presidente-Cidadão». Ele foi apresentado como uma espécie de Prometeu, que luta pela libertação do Povo, que vive como ele (mesmo que seja no seu «palacete» particular), que sofre com ele as suas angústias e as angústias da República.

Por isso lhe chamamos «O Presidente». António José foi, na verdade, a nosso ver, o mais significativo presidente da Primeira República, por ter sido o único que terminou o seu mandato, pelas características da sua ação, pelo que pretendeu ser em termos de convergência nacional e pela imagem que dele foi apresentada.

Razões de uma eleição

Em 5 de outubro de 1919, dia simbólico da República, António José de Almeida tomou posse do mais alto cargo da Nação. Fora eleito no Congresso da República em 6 de agosto. Não foi uma eleição fácil. O seu opositor era o escritor e então ministro plenipotenciário de Portugal em Londres, Manuel Teixeira Gomes. Nos dois primeiros escrutínios, Almeida teve uma pequena margem, respetivamente, de cinco e de dez votos de vantagem sobre o seu opositor. Só no terceiro obteve

os dois terços de votos necessários: 123 num total de 167. Sucedera ao almirante Canto e Castro, que, apesar de se falar da sua simpatia pela monarquia, assumiu o papel de transição da chamada «República nova» sidonista para o que poderemos chamar a «nova República velha».

Todavia, há no passado de António José de Almeida toda uma vida que (poderia dizer-se) augurava a sua subida à Presidência. Desde estudante em Coimbra, vindo de uma pequena aldeia do concelho de Penacova, onde nascera em 1866, que militava no Partido Republicano, assumindo posições de luta contra a monarquia decadente e contra o *Ultimatum* inglês em defesa do «Império Ultramarino», cuja contundência o levou à prisão. Médico de formação e profissão, partiu para São Tomé (depois de ter passado por Angola), de onde escreveu alguns artigos contra o «mau colonialismo». Na próspera ilha do cacau, assumiu uma atitude crítica contra a assistência que se praticava e afirmou-se como defensor da saúde dos colonos e, sobretudo, pela imagem que nos deu num dos seus conhecidos discursos do Brasil, como «um pobre médico de brancos e pretos».

Regressado à Europa, viajou por vários países, aprofundando a sua experiência de médico de «doenças dos países quentes», procurando também o tratamento termal da gota que o afligiu desde muito novo e tomando um banho de «civilização» e de «cultura» (para empregar os conceitos da época). De volta a Lisboa, fez parte do grupo de deputados republicanos eleitos em 1906 que tomaram posições a favor do seu ideal político e lutaram por algumas causas sociais. Implantada a República em 5 de outubro de 1910, luta em que esteve diretamente envolvido, foi nomeado ministro do Interior, o cargo mais importante do Governo, igualado à anterior categoria de ministro do Reino. Nessa função deve-se-lhe todo um programa de reformas republicanas, não apenas no domínio da segurança (fundou a GNR) e das discutíveis leis eleitorais, mas também no domínio do ensino, da ciência, da cultura e da assistência, áreas que faziam parte desse magno ministério.

Terá pretendido uma certa unidade republicana, mas, perante os extremismos que surgiram, tomou posição a favor de uma «evolução reformista», que supunha uma significativa tolerância, e, separado do PRP – Partido Democrático liderado por Afonso Costa, acabou por constituir o Partido Evolucionista, que teve como órgão de propaganda e de informação o jornal *República*. Deputado do referido partido, foi tomando várias posições políticas e mesmo militares, como, em 1912, a formação da aviação militar ou, desde 1914, a defesa da entrada de Portugal na

guerra, ligado aos «Aliados», que dizia defenderem a «civilização» contra a «barbárie». Mas também aceitou a ditadura do general Pimenta de Castro, promovida pelo seu amigo Manuel de Arriaga, o primeiro presidente eleito, que terminou numa das revoltas mais violentas da República, em 14 de maio de 1915.

A Grande Guerra de 1914-1918, em que Portugal entrou, em 1916, sobretudo na Flandres, em Angola e em Moçambique, levaram-no à chefia do Governo da chamada «União Sagrada», conciliado com o seu rival Afonso Costa. Teve de abandonar o Governo por razões de saúde e, assim, assistiu já de fora à revolta sidonista de 5 de dezembro de 1917, nunca deixando, no entanto, de defender Afonso Costa, preso sem julgamento.

Tudo levaria a crer que, deste modo, após o assassinato do «Presidente-Rei», ditador e depois presidente da «República Nova», e da defesa da República contra o movimento monárquico do Norte, e de Monsanto, surgisse, no regresso da «República Velha», como figura proeminente. Mas essa República via agora ir desaparecendo alguns dos velhos partidos e surgir outros num movimento de desestruturação e multiplicação que sempre haveria de criticar. Afinal surgia como presidente da República num tempo de renovação, mas, fundamentalmente, de profunda crise.

Um «programa»: unidade e prestígio da República

Portanto, a «nova República Velha», que António José de Almeida representou como presidente, acabou por ser uma luta (quase) inglória pela unidade possível e pelo prestígio da República com que sempre sonhara.

Vemo-lo a receber os jornalistas logo em novembro de 1919, a fim de tentar que fossem vozes críticas, mas em defesa do que considerava os valores fundamentais da República. Depois encontramos-lo a visitar Coimbra e a sua Universidade, que criticara ainda estudante, sobretudo a Faculdade de Medicina, mas que também como ministro do Interior visitara, logo em outubro de 1910, para serenar os ânimos mais radicais de estudantes e empossar o seu primeiro reitor republicano, Manuel de Arriaga. Em 1920, está no Porto para celebrar a revolução liberal de 1820, e regressa, em 1921, para inaugurar, no Teatro São João, o Congresso de Ciência Luso-Espanhol, além de outras atividades culturais e políticas, depois de, em 25 de junho, ter estado em Braga, onde, no Bom Jesus, num discurso histórico (ele que

sempre se proclamara e manifestara como laicista), afirmou o respeito e a admiração pela religiosidade das gentes do Minho. Vai recebendo vários estadistas, e o seu mandato será marcado pela presença dos chefes militares «aliados» na Grande Guerra (de Inglaterra, França e Itália), no «templo nacionalista» da Batalha, onde ficarão os restos mortais dos dois soldados desconhecidos mortos em África e na Flandres, ao mesmo tempo que ia inaugurando vários padrões nas cidades e vilas aos seus mortos.

A fase mais triunfal do seu mandato terá, porém, relação com o Brasil. Apoiou e entusiasmou a viagem aérea de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral que se verificou no ano centenário da sua independência, 1922, e visitou pessoalmente e com uma significativa comitiva o «país irmão» no mês simbólico da sua separação do Reino de Portugal, setembro. Os discursos então proferidos são, assim, um marco na história da sua Presidência. Mais polémica, à esquerda (em núcleos republicanos) e à direita (no setor monárquico), será a imposição, numa afirmação «regalista», por parte de António José de Almeida, do barrete cardinalício ao núncio apostólico Monsenhor Locatelli, em 3 de janeiro de 1923.

Esse ano era o do fim do seu mandato. Suceder-lhe-á Manuel Teixeira Gomes, seu adversário na eleição da Presidência em 1919. A «glória da República» que António José de Almeida quis reconquistar não foi alcançada, e em breve o Presidente-Escritor algarvio haveria de abdicar e de partir para a Argélia. Como veremos, foi mais forte a veia dramática e de desunião que caracterizara a República no próprio tempo do Presidente, que Penacova celebra, no seu busto, agora em frente da Câmara Municipal, como «Glória Concelhia e Nacional».

Um mês e um ano dramáticos – outubro de 1921

Na verdade, a Primeira República esteve sempre em crise de identidade, fracionando-se em partidos ou tentando que eles se consolidassem em novas unidades partidárias, como sucedeu com o Partido Evolucionista e o Partido Unionista fundado pelo também médico Brito Camacho, que se fundiram no Partido Liberal. Foram-se criando outros – alguns defensores do autoritarismo de direita – que também se extinguíram ou transformaram em partidos com outras denominações, ao mesmo tempo que o partido que tentou sempre ser hegemónico e com força na rua, o Partido Democrático, se dividiu, tendo-se criado a Esquerda Democrática.



001

Cartaz alusivo à eleição de António José de Almeida. A enquadrar o retrato, vários símbolos ligados à República, como o barrete frígio e o escudo nacional.

Agosto de 1919 [?]

Litografia

Museu da Presidência da República

PT/MPR/AAJA/GV029/031



002

Caricatura alusiva à eleição de António José de Almeida para a Presidência da República. O seu autor relaciona de forma satírica a profissão do novo chefe do Estado (médico) e a situação de instabilidade que se vivia em Portugal, simbolicamente representado por um Zé Povinho doente.

Rocha Vieira (caricatura)

O Século Cómico: suplemento humorístico de *O Século*, n.º 1132, 25 de agosto de 1919, p. 4.



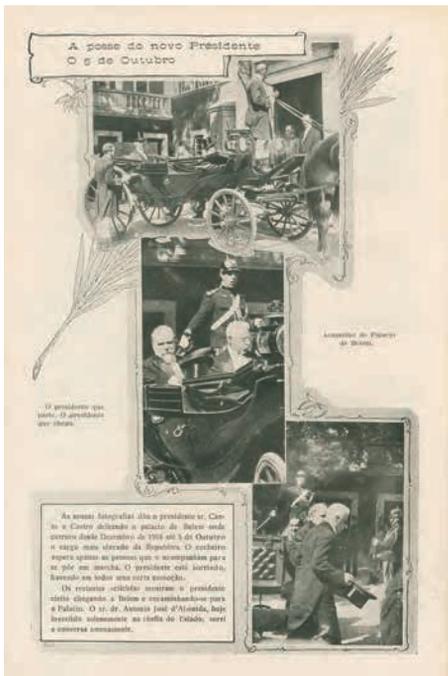
003

António José de Almeida retribui as saudações dos populares, à saída da cerimónia de tomada de posse como presidente da República.

Lisboa, 5 de outubro de 1919

Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa

PT/AMLSB/EFC/001609



004

Reportagem da *Ilustração Portuguesa*, dedicada à tomada de posse de António José de Almeida, a 5 de outubro de 1919: chegada do novo Presidente ao Palácio de Belém, acompanhado do presidente do Congresso, general António Xavier Correia Barreto.

Ilustração Portuguesa, n.º 712, 13 de outubro de 1919, p. 294.



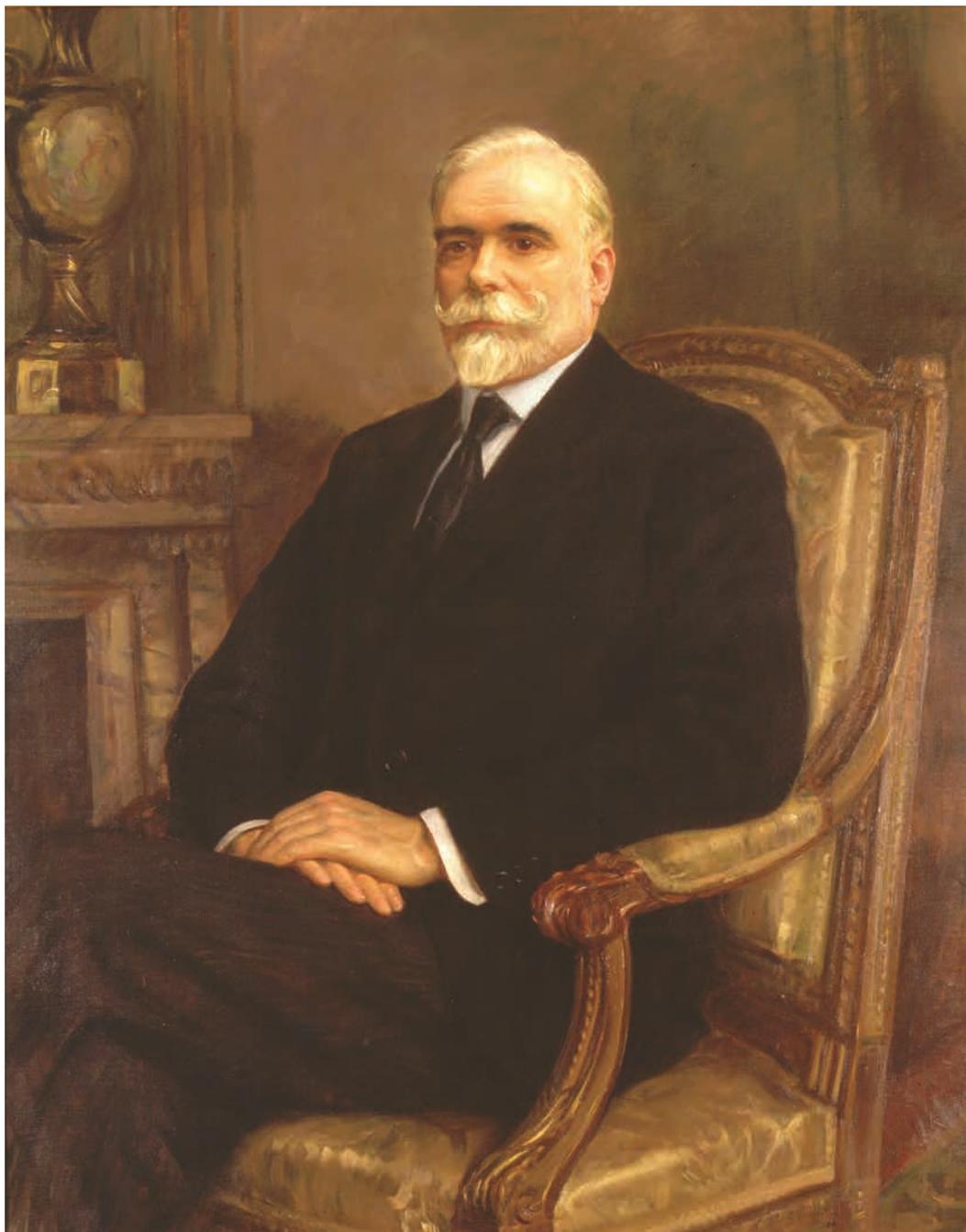
005

António José de Almeida nas cerimónias do 9.º aniversário da implantação da República, que coincidiram com a sua tomada de posse como presidente da República.

Lisboa, 5 de outubro de 1919

Museu da Presidência da República

PT/MPR/CAHM/CX003/0101



047

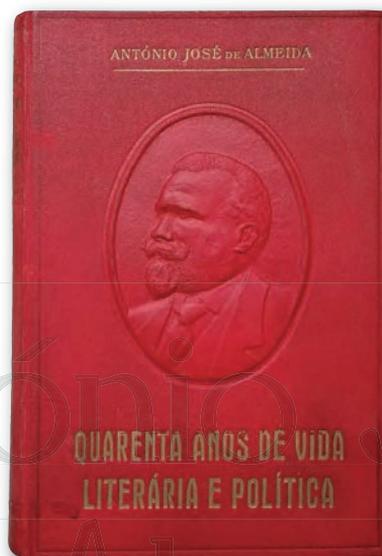
Retrato oficial de António José de Almeida como presidente da República.

Henrique Medina

Óleo sobre tela

1932 [?]

Museu da Presidência da República



António José de Almeida

Em 1933, um grupo de amigos de António José de Almeida reuniu as suas intervenções de político, escritor, jornalista e orador em quatro volumes, intitulados *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Cem anos após a sua Presidência (1919-1923), o Museu da Presidência da República e a Imprensa Nacional reeditam os textos mais relevantes do quarto volume, relativos ao período enquanto chefe do Estado.

Numa edição enquadrada pelos textos de Luís Reis Torgal, Ana Paula Pires e Elsa Santos Alípio, são revistos os momentos mais importantes dos quatro anos de mandato de António José de Almeida, enriquecida por fotografias dessa singular gerência.

António José de Almeida – 100 Anos de Uma Presidência: uma obra imprescindível para conhecer melhor uma das personalidades mais emblemáticas do início do século XX português.



Museu da
Presidência
da República

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

